



## PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA JUVENTUDE E CIBER ESPAÇO<sup>1</sup>

Shayana Busson<sup>2</sup>

**Resumo:** *O presente trabalho inscreve-se tentando realizar um diagnóstico das novas formas de participação política juvenis, consideradas a partir do uso da internet. Demonstramos como alguns movimentos políticos têm modificado as formas tradicionais de participação política depois do uso de algumas famosas aplicações da web. Percorremos informações de alguns movimentos sociais, dados estatísticos sobre internet no Brasil, além de dados bibliográficos e pesquisa direta.*

**Palavras-chave:** Participação política; Internet; Juventude.

### 1. INTRODUÇÃO

Neste artigo se analisa a comunicação via alguns mecanismos da realidade virtual como blogs, e-mails e orkut, sobre temas políticos, partindo da premissa de que essas são formas de cyberpolítica que vêm atraindo jovens e têm características singulares quer em comparação com outras formas de participação quer pelo seu conteúdo, expressando percepções e projetos, em particular dos jovens, que configuram um tipo contemporâneo de cidadania.

Na primeira parte, considerando literatura sobre o tema, discutem-se características da cyberpolítica e seus nexos e especificidades em relação a outras formas de participação e se reflete sobre o tipo de militância zapatista, seu apelo à Internet. Já na segunda sessão se apresentam informações sobre a estrutura da Internet além de considerações sobre exclusão digital no Brasil. Na última parte foi analisada a trajetória de ocupação da Universidade de São Paulo sobre o aspecto metodológico de interação entre o virtual e o presencial, mostrando mudanças de hábitos, concepções e princípios na luta estudantil por melhores condições de vida e direitos.

### 2. MILITÂNCIA POLÍTICA E INTERNET

A internet tornou-se um espaço recente de participação política, com ela, não só a comunicação entre os indivíduos é exercitada, mas também um tipo de socialização que impulsiona o desenvolvimento de lideranças juvenis e aprendizados políticos em escala

---

<sup>1</sup> Este trabalho é parte do Programa de Pesquisa Juventude e Participação Política na Contemporaneidade, e desenvolvido no âmbito do NPEJI - Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre Juventudes, Identidades, Cultura e Cidadania / Universidade Católica de Salvador – UCSal, coordenado pela Professora Mary Garcia Castro, bolsista de Produtividade I da FAPESB, pesquisadora CNPQ, coordenadora do NPEJI e professora dos Mestrados de Família na Sociedade Contemporânea e de Políticas Sociais e Cidadania da UCSAL.

<sup>2</sup> Mestranda em Políticas Sociais e Cidadania e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão do Estado da Bahia- FAPESB.



internacional (CASTRO; ABRAMOVAY, 2008). Para aprofundar tal afirmativa este trabalho considerou, na análise de participação política, duas situações: uma em caráter individual e outra em caráter coletivo. Argumenta-se que em sentido individual, “cada um participa, politicamente, falando, escrevendo, discutindo, denunciando, cobrando responsabilidades, encorajando os tímidos e indecisos, e aproveitando todas as oportunidades para acordar as consciências adormecidas”. (DALLARI, 1983, p.44). Já em sentido coletivo a participação é gerada por meio de grupos com objetivos definidos e disposição para trabalharem em âmbito social. Nessa sistemática também se verifica que para os indivíduos atingirem os objetivos políticos traçados a participação poderá ser eventual ou organizada.

O autor Dallari também despeja confiabilidade na participação política organizada, ressaltando que essa assegura a continuidade dos trabalhos e assim maior eficiência, porém o mesmo não descarta a importância da participação eventual, ligada a circunstâncias momentâneas, asseverando que dos dois modos há equivalente eficácia “desde que exercidos com consciência e responsabilidade” (DALLARI, 1983, p.50).

Partindo desses princípios de possibilidades de participação política, quais sejam: coletiva, individual, eventual e/ou organizada, este artigo demonstra os encaixes, premissas e eficiências da atuação e participação política da juventude por meio da internet.

Nota-se, a priori ,que desde a década 80 a juventude, de um modo geral ocidental, tem introduzido novos parâmetros teóricos e práticos no que concerne sua participação política na sociedade. Emergem, em nosso dia a dia, diversos movimentos jovens politizados que não mais se resumem às organizações partidárias, sindicatos e grêmios estudantis, bem como as temáticas suscitadas por esses movimentos também não mais se restringem à clássica luta por melhores salários, pelo socialismo, pelo fim de regimes ditatoriais, enfim. Segundo Carrano e Brenner (2008) “os jovens mantêm a motivação para a participação, porém, é um número reduzido que se encontra disposto a fazê-lo em espaços tradicionais e institucionalizados [...]” (p. 1), ou seja, novos contextos de participação e novos sentidos de mobilização social têm surgido no Brasil, demonstrando tendências mais autônomas de jovens na criação de seus próprios mecanismos organizacionais políticos. Dados do Latinobarômetro 2004<sup>3</sup> apontam que tais evidências representam graves problemas de gestão ligados à corrupção e falta de transparência das instituições tradicionais, não simplesmente “apatia juvenil” como se supõe muitas vezes<sup>4</sup>. Estruturas como: posses de hip hop, coletivos, grupos culturais e ongs têm configurado as atuais práticas políticas juvenis. (NOVAES, 2005) Em termos de conteúdo, abordagens ligadas à gênero, raça, política pública, processos eleitorais, ética, ecologia, direitos sexuais e digitais se fazem mais presentes entre as tendências de engajamento.

Diversos pesquisadores especialistas no tema juventude e participação política diagnosticam a “crítica dos jovens às organizações partidárias, seu desinteresse por formas de

<sup>3</sup> *apud* UNESCO 2004. p. 31

<sup>4</sup> Pesquisa da UNESCO – Juventudes brasileiras – (2004), realizada em âmbito nacional apurou que 27,3% dos jovens brasileiros declararam que participam ou já participaram de alguma organização associativa, o que representa, em termos absolutos, aproximadamente 13 milhões de jovens, distribuídos por ONGs, movimentos sociais, partidos políticos, grupos religiosos, ecológicos, sindicatos, agremiações esportivas, grupos de dança, de música e congêneres. Verifica-se que sobre os tipos de associação a qual pertencem ou pertenceram, 81,1% indicaram as de caráter religioso, 23,6% as do tipo organizacional (esportiva, ecológica, cultural, artística e assistencial), 18,7% as de caráter corporativo (trabalhista e estudantil) e 3,3% as de caráter partidário (CASTRO; VASCONCELOS, 2007, p.88)



representação institucionalizadas e necessidade de maior orientação por temas diferenciados dos temas clássicos”. (CASTRO, VASCONCELOS, 2007, P. 104)

[...] este é um tempo de distopias, ou de utopias datadas e circunscritas a fins imediatos. Ou seja, nestes tempos perderia lugar a figura do militante do movimento estudantil, para alguns autores uma agência que teria perdido o seu papel quer de advocacia de direitos dos estudantes universitários, de representação dos interesses desse grupo, quer de sítio de lutas contra desigualdades sociais, modos de operação da modelagem político-econômica em curso, por justiça e mudanças sociais. (CASTRO; VASCONCELOS, 2007, p. 103)

Ampliando nossa lente é possível perceber que no cenário contemporâneo de interferência política da juventude há até formas não presenciais de luta e participação, como o caso dos aqui identificados cyberpolíticos. De acordo com Manuel Castells (1999) a transformação da política e dos processos democráticos na sociedade hoje têm como principal fator responsável o uso de novas tecnologias da informação.

O caso dos protestos estudantis ocorridos na França, em março de 2006, contra a implantação do contrato de primeiro emprego, que paralisou mais de 84 universidades mobilizando aproximadamente 1,5 milhões de pessoas, é um exemplo de como o cyberspaço propicia uma nova relação do jovem com a política, a saber, toda tática de manifestação em rua foi definida e teve sua efervescência por meio da Internet, inclusive:

O termômetro da rejeição estudantil ao projeto governamental sobre o primeiro emprego fora previsto não mais pelas pesquisas de opinião, mas a partir da divulgação dos números sobre acessos à blogs contra e a favor da medida, bem como das estatísticas sobre comentários e postings. (CASTILHO, 2006, p. 1)

Como analisa Carlos Castilho (2006), a cybermilitância, ou, como denomina o autor, a política on-line, inverte a estratégia de luta política na circunstância em que os cyberpolíticos geralmente atuam sozinhos, não elegem lideranças, e só se encontram no momento mesmo das manifestações. Distinto de partidos e sindicatos que se consolidam na construção cotidiana de lutas e idéias, a cyber-política caracteriza-se, muitas vezes, pelo anonimato e espontaneísmo de ações interventoras.

Os protestos franceses de 2006 podem apontar que a ação virtual dos cybermilitantes é tão capaz de refletir-se na realidade tangível quanto as ações políticas tradicionais centralizadas em partidos, ongs, sindicatos, etc, o que não implica dizermos que a militância virtual vem a substituir a presencial, mas, sim, que enquanto forma de participação política a militância virtual se diferencia por ter sua autonomia perante as instituições tradicionais, provocando, por sua abrangência, uma verdadeira quebra e divisão do poder de luta das organizações oficiais.

Outro exemplo contemporâneo de batalha política no cyberspaço foi a dos zapatistas em 1995, quando “seu sucesso deveu-se, em grande parte, à sua estratégia de comunicação, a tal ponto que eles podem ser considerados o primeiro movimento de guerrilha informacional” (CASTELL, 1999, p.103). No entanto, diferente dos protestos franceses de 2006 o zapatismo tem início em bases autênticas da sociedade, pessoas armadas em luta direta contra a exclusão social, onde só posteriormente utilizou-se da internet para fortalecer-se. Já na França, a base política foi inicialmente pela internet, desaguando em protestos nas ruas.



A autora Abdel-Moneim (2002) considera a circulação global do neo-zapatismo como símbolo de resistência no ciberespaço sugerindo a necessidade de novas formas de leitura dos movimentos sociais na era digital:

Um elemento importante para o sucesso dos/das rebeldes (exército zapatista de libertação nacional) em resistir às tentativas do exército que os quer esmagar é a circulação efetiva de comunicações via e-mail e websites, assim como a divulgação de informações sobre a crise através do apelo às organizações não-governamentais (ONGs) que produzem boletins de ação urgente e publicam casos de abusos de direitos humanos na Internet. Tais iniciativas de contatos através do espaço cibernético ajudam a transmitir notícias de minuto a minuto que complementam, corrigem e contradizem as reportagens mais comuns e convencionais. Além disso, a agenda dos/das rebeldes tem despertado o interesse de uma grande variedade de indivíduos e grupos internacionais, tais como ativistas de direitos humanos, acadêmicos, artistas, músicos populares, jornalistas progressistas e grupos ecumênicos em prol da justiça social, que têm realizado produções simbólicas pela Internet. (ABDEL-MONEIM, 2002, p. 41)

Há, igualmente, segundo Sarah Grussing Abdel-Moneim (2002) a criação de um “teatro da resistência”, onde adereços, fotos, vídeos, gritos de guerra e entrevistas dos neo-zapatistas são disseminados por toda web, retirando essas comunidades autônomas do isolamento das regiões do México e as colocando no centro de um espaço discursivo transnacional do contexto de projetos neoliberais. Nessa mediação, os “guerrilheiros virtuais” em suas constantes produções, também promovem o aparecimento de esquemas descentralizados de solidariedade e comunicação, como é o caso dos diversos fóruns feministas on-line que surgiram após as imagens divulgadas sobre a participação das mulheres nas zonas de conflitos armado:

Os guerrilheiros virtuais que manipulam a mídia têm dado fôlego ao movimento rebelde na Zona de Conflito em momentos em que maiores ajudas pareciam fúteis, e a resistência dos/das rebeldes, do mesmo modo, alimentou o movimento virtual em épocas em que a atenção mundial se voltava para outros lugares. (ABDEL-MONEIM, 2002, p.60)

Ainda em Abdel-moneim, a rede de solidariedade política lançada na internet se configura como ato de resistência e inverte a própria lógica original da criação da internet, pois, nascida enquanto tecnologia de combates militares tem se tornado atualmente instrumento de libertação para os movimentos sociais, garantindo, muitas vezes a defesa contra guerras e opressões.

Levando em conta outros elementos históricos explica LEMOS:

A internet foi criada por militares e hoje é um fenômeno de massa; os tecnocratas se apropriam dos computadores e das redes buscando a liberdade total no ciberespaço; os ravers e zippies renunciam à nostalgia hippie, utilizando a tecnologia para reforçar laços comunitários e alcançar os objetivos da era de Aquário; os cyberpunks lutam pela criptografia de massa e pela garantia de liberdades individuais. Estamos diante de uma verdadeira apropriação social das tecnologias micro-eletrônicas. (LEMOS, in A TARDE, 1996)



Averiguamos, por pesquisa direta, que a cybermilitância atua basicamente de três maneiras:

1. No fortalecimento de ações a nível virtual que resultem em protestos ou em encontros presenciais, desse modo a internet funciona como qualquer outro meio de comunicação/divulgação, porém com características interativas.

2. No desempenho de ações unicamente virtuais, quando se espera resultados off lines, mas agindo on line, por exemplo, em um manifesto virtual quando se convoca multidões de pessoas por e-mails para que enviem mensagens virtuais à empresas ou à parlamentos cobrando e exigindo direitos.

3. Noutra situação os cyberativistas ainda podem agir de forma a não ambicionar resultados imediatos, assim a internet estaria servindo apenas como um ambiente de coleta e despejo de informações e idéias politizadas.

Ressalta-se que as aplicações mais amplamente difundidas com a popularização da internet, tais como chats, home pages, e-mails, orkut, blogs e msn representam o principal espaço virtual utilizado pelos cybermilitantes. Em pesquisa realizada na I Conferência Nacional da Juventude no Brasil<sup>5</sup>, pode-se conjecturar que entre internautas militantes as aplicações virtuais mais utilizadas são também as mais democráticas e de fácil exposição e interação:

<b>TABELA 17</b>		
<b>Distribuição dos participantes da Conferência Nacional de Juventude segundo meios de uso da internet - Brasília, 2008</b>		
	N	Porcentagem sobre total de respondentes
E-mail	1698	91,6
Pesquisar em sites de busca	1346	72,6
Orkut ou outros sites de relacionamento	1146	61,8
MSN ou outras programas de conversa	1082	58,4
Biblioteca online (CAPES, SCIELO, etc.)	697	37,6
You tube ou outros portais de vídeo	513	27,7
Blog, fotolog, etc.	370	20,0
Outros	0	
Total de respondentes	1854	100,0
Total de respostas marcadas	6852	

OBS: Nesta pergunta o respondente tinha a possibilidade marcar mais de uma opção de resposta

Fonte- Secretaria Nacional de Juventude.2008

Outra afirmativa relacionada à movimentos sociais e internet é a de especialistas da Rand Corporation que tendo previsto as guerras informacionais do tipo zapatista desde 1993 afirmam que as forças revolucionárias do futuro podem incluir ardorosos defensores do uso de tecnologia

<sup>5</sup> Pesquisa sobre a Conferência Nacional de Juventude. Perfil e Recomendação dos Participantes (Abramovay e Castro - coord.- 2008)



avançada para comunicação, consistindo-se em redes multiorganizacionais desprovidas de identidades nacionais e particulares (CASTELLS, 1999).

Interessante notar, em mais um exemplo, que na quarta feira dia 17 de maio de 2007 uma onda de buscas e apreensões tomou conta de Berlim, na Alemanha. 800 policiais da polícia federal e mais 20 procuradores públicos invadiram centros sociais, e várias residências em busca de pessoas suspeitas de estarem se organizando contra a reunião do G8, que se realizará em junho neste país. O site Mídia Independente<sup>6</sup> nos informa que:

A investigação criminal também deu atenção especial ao servidor ativista so36.net, onde estão hospedados sites e listas de e-mails de diversos projetos alternativos e de esquerda, atingindo criticamente a comunicação das movimentações anti-G8.

É preocupante notar, por outro lado, que, de acordo com a autora Paesani (2008) a rede de internet também tem facilitado a criação de sites politicamente reacionários, com teor racista, nazista, homofóbico, que estimulam a discriminação e o separatismo entre os indivíduos.

Ainda que no Brasil organizações envolvidas com a defesa dos direitos humanos denunciem aos órgãos policiais essas campanhas criminosas na internet, “a falta de leis específicas e de recursos para a investigação tem tornado a internet um dos maiores meios de difusão de extremistas” (PAESANI, 2008, p. 23).

Nos Estados Unidos, milícias militares autônomas formadas por cidadãos comuns empenhados em ideologias patrióticas, religiosas, muitas vezes racistas e machistas contam o computador como principal arsenal de vínculo entre seus membros. As razões da constante participação política desses norte-americanos através da internet têm sido o fato da internet constituir ambiente propício à entusiastas de conspiração, onde a veracidade de suas informações não pode ser confirmada, e, outra razão é que na internet reproduz-se uma certa agregação autônoma e espontânea, onde mais importam os objetivos incomuns do que fundamentos sólidos e/ou científicos das mensagens. (CASTELLS, 1999).

Oportunamente, as autoridades chinesas desde 1998 definiram regras para a comunicação eletrônica de conteúdos da internet, criando verdadeiros esquadrões policiais virtuais que visam impedir a ação de criminosos, porém, essas regras também esbarram no controle da liberdade de expressão do povo chinês, pois há dispositivos legais que proíbem a simples divulgação de informações difamatórias ao governo central:

A denominada “Grande Muralha Corta-Fogo” é constituída por uma série de filtros na internet destinada a impedir que os cidadãos chineses recebam notícias divergentes da linha política do governo. Entretanto, uma nova geração de especialistas em computação está encontrando formas de romper esta barreira. Os chamados “hacktivistas” são guerrilheiros eletrônicos com um programa político que vai desde a eliminação da censura até a franca sabotagem. Afirmam ter adulterado sites do governo, derrubando muralhas eletrônicas e desativando satélites. [...] até agora as autoridades responsáveis pela segurança só descobriram que é muito mais fácil controlar o povo do que cercear a internet. (PAESANI, 2008, p. 26)

<sup>6</sup> Site acessado dia 17 de maio de 2007 às 16:30 h. [www.midiaindependente.org](http://www.midiaindependente.org)



Entre estudiosos brasileiros do direito digital e participantes do I Fórum brasileiro da legislação do documento digital, a responsabilidade civil na internet por danos causados à outrem é atribuição do sujeito que cometeu o ilícito, e, concorrentemente do provedor permissivo à mensagem ilícita. Porém, tal afirmativa jurídica é controversa, pois, muitos crêem que o provedor não tem obrigação legal de analisar o material disponível pela rede nas máquinas dos usuários. Por ora os provedores também negligenciam a criação de estruturas técnicas sérias concernentes à assinaturas de usuários capazes de autenticar a identificação dos mesmos, o que cria facilidades para divulgação de mensagens e/ou páginas com conteúdo politicamente reacionário e criminoso, já que é possível permanecer no anonimato, ou com falsas identidades. (PAESANI, 2008)

## REFERÊNCIAS

ABDEL-MONEIM, SARAH GRUSSING. **O Ciborgue Zapatista: tecendo a poética virtual de resistência no Chiapas cibernético**. *Rev. Estud. Fem.*, Jan 2002, vol.10, no.1, p.39-64. ISSN 0104-026X

ALMEIDA, Valmir Lima de. **Globalização e Participação Política**. Curso de Pós-graduação em Pensamento Político Brasileiro (UFMS), 2001. *Disponível em:* <http://www.angelfire.com/sk/holgonsi/valmir.html>. *Acessado em:* 02 de outubro de 2008

CARRANO, Paulo; BRENNER, Ana Karina. **Formas e conteúdos da participação de jovens na vida pública**. Observatório Jovem: Rio de Janeiro. 2008. *Disponível em:* [http://www.uff.br/obsjovem/mambo/index.php?option=com\\_content&task=view&id=541&Itemid=23](http://www.uff.br/obsjovem/mambo/index.php?option=com_content&task=view&id=541&Itemid=23) *Acessado em:* 10 de março de 2009

CASTELLS, Manuel. **O poder da Identidade**. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt. Ed. Paz e Terra S/A. Rio de Janeiro:1999.

CASTILHO, Carlos. **Protestos estudantis na França servem como laboratório de ciberpolítica**. Site do Ministério da Cultura: Brasília. 2006. *Disponível em:* <http://www.cultura.gov.br/site/2006/04/01/protestos-estudantis-na-franca-servem-como-laboratorio-de-ciber-politica/> *Acessado em:* 10 de fevereiro de 2008

CASTRO, M. G. ; ABRAMOVAY, M. ; RODRIGUEZ, E. . **Políticas Públicas de/para/com Juventudes**. 1. ed. Brasília: UNESCO, 2004. v. 1. 304 p

CASTRO, Mary G. Juventudes e Participação Política na Contemporaneidade: explorando dados e questionando interpretações. In :ABRAMOVAY; ANDRADE; ESTEVES (Org.). **Coleção Educação para Todos: Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: MEC/UNESCO, 2007. P. 79- 116

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que é Participação Política**. 8ª ed. Ed. Brasiliense: São Paulo. 1983



GOMES, Wilson. Comunicação e Democracia de Massa: problemas e perspectivas. **Internet e participação política em sociedades democráticas**. Editora: Paulus. São Paulo: 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA - - **Acesso à Internet** .PNAD 2005. *Disponível em:*

[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=846](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=846).

*Acessado em:* 03 de setembro de 2008

LEMOS, A. L. M. **Ciber-Socialidade - Tecnologia e Vida Social na Cultura Contemporânea**. In: Ione Bentz; Albino Rubim; José Milton Pinto. (Org.). *Práticas Discursivas na Cultura Contemporânea*. São Leopoldo: Unisinos, 1999, v. , p. 9-22.

LEMOS, André. **Cibercultura e Baianidade**., in A TARDE, 06/04/96. *Disponível em:*

<http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/lemos/baiana.html>. *Acessado em:* 28 de setembro de 2008.

JUNGBLUT, Airton Luiz. **A heterogenia do mundo on-line: algumas reflexões sobre virtualização, comunicação mediada por computador e ciberespaço**. *Horiz. antropol.*, Jun 2004, vol.10, no.21, p.97-121. ISSN 0104-7183

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. **Debates políticos na Internet: a perspectiva da conversação civil**. *Opin publica*, maio 2006, vol.12, no.1, p.164-187. ISSN 0104-6276

NOVAES, Regina. **A Juventude de Hoje: (Re) Invenções da Participação Social**. Resumo da Conferência do 75º aniversário da Fundação W.K.KELLOG. São Paulo: 2005.

PAESANI, Liliana Minardi. **Direito e internet: liberdade de informação, privacidade e responsabilidade civil**. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

RUBIM, Antonio Albino Paulo. **Comunicação & Política**. Revista FAMECOS. Porto Alegre, nº 14, abril 2001. *Disponível em:* <http://www.pucrs.br/famecos/pos/revfamecos/14/a19v1n14.pdf>. *Acessado em:* 03 de outubro de 2008

SILVEIRA, Henrique Flávio Rodrigues da. **Internet, governo e cidadania**. *Ci. Inf.*, Ago 2001, vol.30, no.2, p.80-90. ISSN 0100-1965

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Inclusão digital, software livre e globalização contra-hegemônica**. *Disponível em:* [http://www.softwarelivre.gov.br/softwarelivre/artigos/artigo\\_02](http://www.softwarelivre.gov.br/softwarelivre/artigos/artigo_02), *Acessado em* 15 de abril de 2007

SORJ, Bernardo. **Internet, espaço público e marketing político: entre a promoção da comunicação e o solipsismo moralista**. *Disponível em :* [http://www.bernardosorj.com/pdf/wp2\\_portugues.pdf](http://www.bernardosorj.com/pdf/wp2_portugues.pdf). *Acessado em* 15 de abril de 2007.

VAZ, José Carlos. **Uso da Internet pelos governos e promoção da cidadania**. *Rev Unicsul*, dez 2003, vol 8, nº 10, p54-65. ISSN 1414-1892.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa das Desigualdades Digitais no Brasil**. 1ª edição. Ed.:RITLA, Instituto Sangari e Ministério da educação. Brasília, 2007.